

Tipógrafos, redatores e leitores: aspectos da imprensa periódica no Primeiro Reinado

Typographers, redactors and reading publib: aspects of press in the First Reing

Carlos Eduardo França de Oliveira*

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o papel que elementos envolvidos na produção e veiculação de jornais impressos – tais como tipógrafos, redatores e correspondentes – tiveram durante o recrudescimento da imprensa periódica no Primeiro Reinado, notadamente a partir de 1826, com a abertura da primeira legislatura do Império.

Palavras-Chave: história do Império, história política, Primeiro Reinado, imprensa.

Abstract: This article aims to discuss the role that elements involved in the newspapers production - such as typographers, redactors and correspondents - were during the rise of the press in the First Reign, mainly from 1826, with the opening of the Empire's first legislature.

Key-Words: political history, history of Empire, First Reing, press.

O recrudescimento da imprensa periódica no Primeiro Reinado

Nascida a 10 de setembro de 1808 com a publicação do primeiro número de *Gazeta do Rio de Janeiro*¹, periódico oficial da Corte de D. João, a imprensa no Brasil, desde seu início, não se caracterizou por ser um veículo homogêneo política e ideologicamente (MEIRELLES, 2008). Se os impressos vinculados à Coroa predominaram até 1820, isso ocorreu, sobretudo, pela constante censura imposta pela administração real contra o advento de periódicos opostos aos seus propósitos. A imprensa desempenhou um papel fundamental na conformação política desse período, especialmente entre 1821 e 1823, por meio do debate constitucional e da discussão sobre os proveitos da instauração de um governo liberal com sede no Brasil (NEVES, 1999).

Com a dissolução da Assembléia Constituinte e a outorga da Carta de 1824, a imprensa periódica sofreu, entretanto, um refluxo significativo, de forma que se, em 1823, o

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: carlosoliveira@usp.br.

¹ A *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou entre 1808 e 1822, alterando seu nome para *Diário do Governo* a partir de 1822. Seu principal redator foi Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que a redigiu até julho de 1821. A *Gazeta* era uma de jornal de cunho oficial, quase uma adaptação da *Gazeta de Lisboa*, pois se restringia a publicar os atos do poder central e a traduzir artigos da imprensa europeia mais conservadora.

número de jornais publicados na Corte atingira a casa dos 30 títulos, nos dois anos seguintes essa quantidade caiu para 13 (IPANEMA; IPANEMA, 1976: 94). Em meio à perseguição política imposta pelo governo central aos seus opositores mais contundentes, especialmente àqueles grupos que questionavam a autoridade do poder imperial no Rio de Janeiro, a divisão de poderes estabelecida pela Carta de 1824 e a própria legitimidade do documento jurado por D. Pedro, a imprensa de orientação liberal recebeu duros golpes. Dentre eles a prisão do baiano Cipriano Barata, redator de *A Sentinela da Liberdade*, em 1824, e as mortes de João Soares Lisboa, que em 1822 e 1823 havia dirigido o *Correio do Rio de Janeiro*, e de Frei Caneca, redator do *Typhis Pernambucano*, ocorridas respectivamente em 1824 e 1825, em meio à Confederação do Equador (CANECA, 2001; MOREL, 2001). O encarceramento de João Mendes Vianna, redator do *Escudo da Liberdade do Brasil*, ocorrido já em 1823, e a extradição de Pierre de Chapuis, redator do *Verdadeiro Liberal* que contestou o modo como fora acordado o reconhecimento da independência, também ajudaram a compor um quadro no qual os escritores liberais, notadamente aqueles de orientação mais “radical”, viram-se intimidados pelo governo da Corte, situação que foi potencializada pelo pouco estímulo conferido ao debate político pelas folhas alinhadas ao governo, tal como o *Diário Fluminense*, e pela demora na institucionalização do Parlamento (SODRÉ, 1966).

O revigoramento da imprensa periódica deu-se a partir de 1826, e esteve estritamente associado à abertura da primeira legislatura do Império, ocorrida em maio desse ano, e à conseqüente ampliação do debate político desenvolvido no interior das esferas oficiais de poder bem como fora delas. Nesse sentido, a convocação da Assembléia Geral representou um ponto de inflexão na conformação política do governo do Primeiro Reinado que, desde 1824, vinha sendo dirigido apenas por D. Pedro, seu ministério e Conselho de Estado, fato que marcara negativamente a figura do monarca e de seu círculo político perante os demais setores envolvidos no processo de concretização do novo Estado. Com efeito, só em 1826 o número de folhas impressas na Corte saltou para 31, sendo que nos anos seguintes – excetuando 1827, que ficou na casa dos 26 jornais publicados –, a tendência foi de crescimento, chegando à marca de 52, em 1830 (IPANEMA; IPANEMA, 1976: 94).

É de se notar que, afora esse interregno de dois anos entre a outorga do texto constitucional e a reunião das duas Câmaras, e as razões imediatas para que tal convocação fosse feita – especialmente a definição dos orçamentos ministeriais e de uma política fiscal adequada às necessidades do nascente Império (CARREIRA, 1889) –, motivações subjacentes contribuíram para que o governo central pusesse em funcionamento, sob pressão e suspeição da ampla e heterogênea oposição liberal, as bases

representativas da monarquia brasileira. Não obstante os projetos que pleiteavam uma monarquia constitucional com amplos poderes ao Executivo estivessem longe de ser unanimemente aceitos pelos distintos grupos políticos no início dos anos vinte, circunstância que ficara explícita no plenário de 1823, a imagem de D. Pedro, nos idos de 1826, havia perdido muito de um prestígio que já vinha declinando desde o fechamento da Constituinte e da imposição da Carta de 1824, e que sofrera um abalo sensível após o violento desfecho da Confederação do Equador (LYRA, 2000). Conjugadas a esses fatores, outras questões colaboraram para que a imagem de D. Pedro e seu ministério sofressem continuadas críticas, dentre elas o reconhecimento do Império do Brasil mediante a assinatura do controvertido Tratado de Paz de 7 de setembro de 1825, o custeamento da guerra pela Cisplatina contra o governo de Buenos Aires, e, sobretudo, o aumento da crise financeira do Império bem como o envolvimento dúbio que o imperador mantinha com os negócios portugueses (MONTEIRO, 1982).

Inserida nesse contexto de tensão política e debilidade financeira, a convocação da primeira legislatura significou, portanto, um momento de clivagem política para os representantes eleitos em 1824 como para seus correligionários, que viram nesse ato uma vitória do constitucionalismo, além da consubstanciação de um instrumento definitivo de conquista de espaço político no interior do processo de formação do novo Estado em moldes liberais (MATTOS, 2005: 295-296). Aparentemente direta, a relação entre a convocação do Parlamento e o recrudescimento da imprensa periódica fez parte, na realidade, de um conjunto de fatores que haviam tornado a configuração política do Império demasiada complexa e até mesmo insustentável no que se referia à manutenção de uma monarquia constitucional cujas bases de representação parlamentar ainda não tinham sido instituídas. Assim, iniciados os trabalhos do Parlamento, a imprensa tornou-se veículo privilegiado de sustentação ideológica para os políticos da nação.

A maior parte dos impressos surgidos em 1826 alinhava-se aos preceitos mais gerais do liberalismo, tendência que se acentuou no ano seguinte com o acirramento do enfrentamento entre a Câmara dos Deputados, o Senado e o Ministério, especialmente no que se referia à política fiscal do Império. Se temas importantes como a responsabilização do Conselho de Estado e o Ministério pelos seus atos, o estabelecimento dos Cursos Jurídicos em São Paulo e Olinda, a regulamentação dos Conselhos Gerais de província e das Câmaras Municipais, e a criação do Juizado de Paz foram discutidos por ambas as Câmaras e votados posteriormente, a definição de uma política econômica que contemplasse a questão orçamentária e tributária gerava grandes embates sobre os

destinos do Tesouro do Brasil (DINIZ, 2002)². O aumento da dívida pública, os termos pelos quais foram adquiridos empréstimos no exterior antes da convocação do Legislativo, o crescimento das despesas com a campanha no Sul e a possibilidade de aumento da carga tributária eram questões ao mesmo tempo substantivas e contraditórias, e que opunham, principalmente, deputados e ministros. Estes pleiteavam um acréscimo no orçamento para as pastas ministeriais, bem como um incremento na carga tributária, ao passo que aqueles, organizados desde 1826 numa Comissão dirigida para o exame dos negócios financeiros e diplomáticos, refutavam a ampliação de tributos e exigiam a prestação de contas do Ministério em relação a seus gastos (DOIN, 1986).

O ganho de espaço pelos liberais por meio da imprensa deu-se tanto no Rio de Janeiro como em outras províncias. Na Corte, surgiram periódicos como a *Astréa* (1826) e *A Aurora Fluminense* (1827); em Minas Gerais, o *Astro de Minas* (1827), que teve influência de *O Universal* (1825); em São Paulo, *O Farol Paulistano* (1827); e no Maranhão, *O Farol Maranhense* e *A Minerva*, os dois criados em 1827 (SODRÉ, 1966).

De modo geral, esses jornais se afinavam com a oposição feita pela Câmara dos Deputados ao governo de D. Pedro e, em determinados pontos, ao Senado, de forma que parte de seus redatores era composta por membros da própria Casa, como Evaristo da Veiga (*A Aurora Fluminense*) e Batista Caetano de Almeida (*Astro de Minas*), deputados por Minas Gerais na segunda legislatura, Bernardo Pereira de Vasconcelos (*O Universal*), deputado por Minas Gerais nas duas primeiras legislaturas, José da Costa Carvalho (*O Farol Paulistano*), deputado pela Bahia nas duas primeiras legislaturas, Manoel Odorico Mendes (colaborador de *O Farol Paulistano* que já havia redigido em 1825, em São Luis do Maranhão, o liberal *Argos da Lei*), deputado pelo Maranhão nas duas primeiras legislaturas, e José Joaquim Vieira Souto (*Astréa*), deputado pelo Rio de Janeiro na segunda legislatura (TAUNAY, 1950: 115-122). Alguns dos nomes citados, como pode ser observado, só seriam deputados na segunda legislatura (1830-1833), fato que reitera a importância da imprensa como instrumento de projeção política.

Concomitantemente à expansão do discurso oposicionista liberal, correligionários do Governo também lançaram mão de jornais voltados para a defesa de seus interesses e projetos. *A Gazeta do Brasil* e o *Jornal do Comércio*, ambos nascidos em 1827, foram juntamente com o *Diário Fluminense*, jornal do Governo desde 1824, alguns dos principais representantes daqueles periódicos cuja preocupação central residia na defesa, notadamente da conduta dos ministros, o que lhes rendeu por parte dos redatores liberais o rótulo de “folhas ministeriais” ou do “governo” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1965:

² Apenas orçamentos parciais foram votados entre 1826 e 1829, de modo que somente em 15 de novembro de 1830, na prorrogação da sessão daquele ano, é que se aprovou o orçamento geral do Império para 1831-1832.

42). Por servirem aos interesses do Governo, o que entre outras coisas significava serem uma espécie de “testas-de-ferro” do mesmo, as folhas governistas não explicitavam um programa político-ideológico definido, o que não significa que fossem desprovidas de algum. Diziam-se constitucionais e defensoras da Carta de 1824, mas suas principais características eram publicar atos ministeriais e notícias estrangeiras, ocultar ou justificar medidas tomadas pelo Executivo e investir contra a Câmara dos Deputados e seus defensores, o que deixava entrever uma ênfase na noção de soberania monárquica em detrimento da nacional ou popular. Mas apesar de serem frequentemente associados pelos seus adversários ao absolutismo monárquico, os grupos que davam sustentação política ao imperador não rejeitavam de todo o liberalismo. Em traços gerais, assumiam alguns dos postulados liberais clássicos – tal como a representação, a divisão de poderes e os direitos de cidadania –, mas que ficariam sob a tutela de um Estado que situar-se-ia entre o absolutismo e o constitucionalismo monárquico.

Além destes dois grupos, outro tomou forma ao longo do Primeiro Reinado por meio da imprensa periódica. Pouco antes da Abdicação, mas sobretudo após essa, surgiram jornais com um perfil distinto, “exaltado”, que tornou mais plural o debate até então encabeçado pelas folhas de oposição e governistas. O agravamento da situação financeira do Império, simbolizada pela extinção do Banco do Brasil, em 1829, o envolvimento cada vez mais explícito de D. Pedro com a questão sucessória do trono português e a tomada de medidas questionáveis pelo Governo, como a criação de uma Comissão Militar em Pernambuco para o julgamento de um grupo de revoltosos, o que rendeu uma denúncia feita pela Câmara dos deputados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Joaquim de Oliveira Álvares, em 1829, fizeram com que os representantes liberais da intitulada ala “exaltada” alargassem sua ação política e, conseqüentemente, sua inserção na imprensa.

De aproximadamente 1828 até a Abdicação, vieram à tona periódicos como a *Nova Luz Brasileira* (1828), de Ezequiel Corrêa dos Santos e João Batista de Queiroz, o *Tribuna do Povo* (1829), de Francisco Chagas de Oliveira França, a *Sentinela do Serro* (1829), de Teófilo Ottoni, a *Gazeta Paraibana* (1828), a *Abelha Pernambucana* (1829), e o *Repúblico* (1830), esses três últimos dirigidos por Antonio Borges da Fonseca. Isso não significou, contudo, uma diminuição no surgimento dos periódicos “moderados”, haja vista o advento do mineiro *Eco do Serro* (1828), do paraense *A Voz da Autonomia* (1828), do rio-grandense *Constitucional Rio-Grandense* (1829), da goiana *Matutina Meiapotense* (1830) e do paulista *O Observador Constitucional* (1829), que mais tarde alinhar-se-ia às propostas políticas dos “exaltados”.

Tipógrafos, redatores, correspondentes e leitores

Se por um lado os debates desenvolvidos pelos jornais nas décadas de 1820 e 1830 serviam como forma de arregimentação do público leitor, sobretudo de votantes e eleitores, por outro fortaleciam os elementos envolvidos diretamente na edição dos periódicos. Pelo fato de a imprensa periódica necessitar de uma infra-estrutura material permanente, a solidez dos vínculos entre os agentes envolvidos na impressão de uma folha tornava-se essencial para a manutenção de tais empreendimentos, necessidade essa que, de certo modo, possibilitava o delineamento de grupos com concepções políticas comuns (OLIVEIRA, 1999: 148-150).

Manter um periódico à época exigia alguns pré-requisitos básicos. Além do oneroso maquinário constituído geralmente por um prelo e outros componentes – tais como aparelhos de fundir “tipos” (letras), balas, cavaletes, componedores, galés, martelos, mochos e serrotes –, o bom andamento de uma tipografia resultava da soma de esforços humanos que deveria assegurar a elaboração, publicação e distribuição dos impressos (MOREIRA, 2006: 102). Tipógrafos ou impressores, redatores e colaboradores constituíam a tríade para a publicação de um periódico, ao passo que os assinantes, correspondentes e leitores fechavam o circuito que o tornava integrante de um espaço público literário.

Diferentemente do tipógrafo, que era responsável apenas pela manutenção da infra-estrutura material da tipografia, o redator agrupava funções que iam desde a organização formal do jornal até a definição do conteúdo por ele propalado. Ao escrever a maior parte dos artigos e determinar o formato do periódico, acabava personificando-o e funcionando como seu porta-voz principal, de modo que o debate travado na imprensa da época configurava-se menos institucional, isto é, entre diferentes jornais, do que numa discussão estabelecida entre redatores. No âmbito do debate travado pela imprensa, era comum que redatores celebrassem a saída de seus opositores da direção de um jornal ou até mesmo elogiassem as características de seu substituto. A mudança de redator significava, em última estância, a possibilidade de alteração do perfil de uma folha. Em maio de 1830, por exemplo, uma nota inserta no *Farol Paulistano* comentou com entusiasmo a saída de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, então redator do *Diário Fluminense*. Ao discorrer sobre seu sucessor – Januário da Cunha Barbosa –, o *Farol* depositou esperanças em sua atuação, em função do caráter “moderado” dos números recentemente publicados e da defesa que ele se propusera a fazer da “doutrina constitucional (O FAROL PAULISTANO, nº 343, 15/05/1830). Isso não significa, entretanto, que se tratasse de querelas pessoais, mas que os redatores arvoravam-se da qualidade de intérpretes da sociedade e representantes de uma determinada postura ou ação propositiva.

A centralidade da figura do redator e a sua função intelectual estavam atreladas a uma mudança geral no perfil do “homem de letras” que, a partir do século XVIII, sobretudo com a criação, difusão e re-interpretação das idéias ilustradas na Europa e América, identificou-se cada vez mais com a dimensão prática da vida humana. Buscando meios para intervir na sociedade e alterá-la, esses homens arrogavam-se do estatuto de missionários da razão, do esclarecimento e da civilização, de modo a conceberem a imprensa como um veículo privilegiado e marcadamente pedagógico de ação política (PALLARES-BURKE, 1995: 14-15).

A utilização da imprensa como meio de criação, propagação e combate de idéias conferia ao redator um caráter eminentemente público, ainda que os artigos impressos nos periódicos fossem majoritariamente anônimos. Conhecidos também como “publicistas”, os redatores faziam da sua condição uma via de projeção social associada às carreiras políticas. Lideranças importantes entre os liberais do Primeiro Reinado e início do período regencial – como José da Costa Carvalho (*O Farol Paulistano*), Bernardo Pereira de Vasconcelos (*O Universal*) e Evaristo da Veiga (*A Aurora Fluminense*) – valeram-se da imprensa para se promoverem enquanto homens envolvidos com a “coisa pública” e com o “progresso” das instituições políticas do Império. Não se tratava, evidentemente, de uma relação de causa e efeito na qual a imprensa garantiria o sucesso político do redator, mas como assinalou Morel (2005: 184), de uma inter-relação das vias legais de prática política dos primeiros anos do Império, onde manobrá-las consistia num instrumento fundamental de auto-afirmação dentro de um sistema monárquico-constitucional representativo:

(...) a atividade de redator ou publicista era, como o nome diz, pública. Característica que se reforçava nesta fase do século XIX: homens de letras eram com frequência homens públicos, isto é, seguiam carreira política. Esta intersecção entre uma esfera literária (baseada no uso privado da razão), a ocupação de espaços públicos de sociabilidade (por meio das associações [...]) e a gestão da coisa pública (administração do Estado) explica-se na medida em que os letrados, baseados nas distinções acima citadas e dos instrumentos de saber e poder a que tinham acesso, constituíam camada restrita da população que se apresentava como apta para manejar os cordões do poder da sociedade.

Os redatores eram auxiliados por colaboradores, indivíduos que embora fossem desvinculados oficialmente de uma folha, ajudavam-na por meio do envio de artigos que corroborassem com a inclinação política da mesma. Categoria equívoca para os próprios coevos, o colaborador amalgamava características do redator e do correspondente, visto que seus textos, quando publicados, apareciam freqüentemente como artigo principal do periódico e, ao mesmo tempo, podiam conter a indicação de que haviam sido enviados por

alguém. Pouco estudada pela bibliografia referente ao tema, talvez em função da sua condição quase sempre circunstancial e anônima, a figura do colaborador era vital para a manutenção de uma folha, já que a maior parte dos redatores desempenhava outras funções fora da tipografia, e necessitava de auxiliares, mesmo que temporários, que dessem sustentação ao periódico.

Na imprensa brasileira da primeira metade do século XIX, ser “colaborador” significava, *grosso modo*, contribuir com artigos próprios ou excertos de obras traduzidas para um determinado periódico. O problema reside no fato de que o ato de colaborar podia ser constante ou esporádico, configurando assim perfis dessemelhantes de envolvimento com um dado órgão impresso. Numa nota inserta no *Farol Paulistano* em Janeiro de 1828, cujo objetivo era responder a algumas afirmações feitas pela *Gazeta do Brazil* a seu respeito, Nicolau de Campos Vergueiro deixou transparecer o caráter impreciso de um colaborador:

Imputa-me [a Gazeta do Brazil] ser eu o author da Correspondencia das falas, que vêm na Astréa. Esta imputação é falsa, ainda que seria desculpavel, como adivinhação; porque n'ella se contem proposições, que em outro tempo publiquei pela imprensa, e ainda as tenho por verdadeiras. Numera-me entre os Collaboradores da Astréa. Se é ser collaborador d'um Periodico, mandar-lhe algumas correspondencias, quando o caso o pede, para n'elle se publicarem, é verdade que tenho sido collaborador da Astréa, como o tenho sido de outros Periódicos (O FAROL PAULISTANO, nº 77, 05/01/1828).

Os correspondentes também eram de fundamental importância. No nosso entender, sua diferença em relação ao colaborador estava menos na estreiteza de vínculos com o redator e a tipografia do que no conteúdo do texto publicado. Enquanto os artigos enviados pelos colaboradores se revestiam de um tom impessoal para tratar de assuntos de natureza mais ampla – especialmente sobre o jogo político ocorrido na Corte –, aqueles redigidos pelos correspondentes se aferravam a questões mais particulares, atreladas especialmente às disputas políticas locais, daí seu tom recorrente de protesto.

Parte dos correspondentes era formada por assinantes do próprio periódico, o que para Marco Morel não constituía fato banal, mas sim um significativo ato político. Em princípio, assinar um periódico revelava as orientações políticas com as quais o assinante demonstrava interesse. Em decorrência disso, o autor acredita ser pertinente a hipótese de que as vendas avulsas eram mais comuns, pois reduziam a cumplicidade do comprador em relação ao periódico adquirido (MOREL, 2005: 212). No entanto, é preciso tomar certo cuidado para que não se racionalize em demasia a figura do assinante, isto é, que se confira a ele um caráter exclusivamente objetivo vinculado aos interesses apregoados pelo

periódico assinado. O próprio redator de *O Farol Paulistano* assinalou, em junho de 1827, o perigo de se atribuir a um indivíduo “os mesmos sentimentos” políticos do periódico de que ele é “subscriber” (O FAROL PAULISTANO, nº 23, 27/06/1827). Nesse sentido, é provável que redatores e colaboradores criassem estratégias para assinar periódicos de seus opositores a fim de analisá-los e combatê-los com maior eficácia.

À contracorrente do que ocorreria num momento posterior, quando os impressos assumiriam aos poucos a qualidade de empreendimentos capitalistas, os anúncios inseridos no período estudado não tinham como finalidade principal angariar recursos para os diretores de uma folha ou para os donos da tipografia, mesmo porque, ao que parece, não eram maioria aqueles que cobravam seus anunciantes.³ Nesse sentido, além de representar um leitor em potencial, o anunciante auxiliava no processo de ganho de credibilidade e espaço por parte dos periódicos, visto que a inserção de anúncios figurava como uma maneira de firmar os jornais como veículos associados ao interesse público, amalgamando num único suporte, o impresso, o debate político e as demandas cotidianas dessa sociedade.

Embora o número de leitores nessa época fosse restrito devido aos altos índices de analfabetismo da população, é prudente não se tomar a figura do leitor de forma estrita, mormente numa sociedade onde a modernização dos espaços públicos ainda constituía um processo e que, portanto, congregava práticas e códigos culturais heterogêneos, próprios do momento de superação do Antigo Regime (HABERMAS, 1984). Deste modo, ao mesmo tempo em que eram recorrentemente lidos em voz alta em praças públicas, residências ou sociedades – o que aumentava consideravelmente seu público receptor –, os periódicos foram ganhando, paulatinamente, um sentido novo: o de se assemelharem aos livros. O *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, e o *Revérbero Constitucional Fluminense*, de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, já haviam apresentado uma característica que se tornaria comum nos periódicos do Primeiro Reinado – a paginação continuada em seus números –, o que estimulou a encadernação dos impressos e a afirmação de unicidade e durabilidade até então concernentes aos livros (PALLARES-BURKE, 1995: 14).

Os jornais e livros se diferiam, entretantes, num ponto central que ia além da estrutura formal, objetivos e usos: o acesso pelo leitor. Comparado a um livro, que em meados da década de 1820 chegava facilmente a custar 8\$333 – renda média que um votante de eleições primárias necessitava arrecadar por mês para no final do ano poder atingir os 100\$000 necessários ao direito de voto –, um periódico era vendido entre 40 e 80

³ Em julho de 1827, o jornal *O Universal* publicou uma nota sobre o custo de um anúncio, que ficava por 20 rs a linha, cf. *O Universal*, nº 1, 16/07/1827. Tal prática, contudo, não parece ter sido usual entres os periódicos da época.

réis, isto é, por menos do que um escravo de ganho geralmente recebia por um dia de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, o que dá uma certa dimensão da acessibilidade dos jornais para os diversos setores da sociedade (MOREL, 2005: 39). Estes, que na sua maior parte careciam de uma instrução regular franqueada pelo Estado e de condições materiais para adquirirem livros, tinham nos periódicos um mecanismo incontestado de inserção social. Em sua *História do Brasil*, publicada no Rio de Janeiro em 1837, o negociante inglês John Armitage já sublinhara tal importância:

Se na Europa, onde há tantos e tão variados meios de adquirir instrução, a ascendência da imprensa periódica é em toda a parte sentida e reconhecida, com maior razão sua influência no Brasil é mais preponderante, visto que nele os periódicos são os únicos veículos de instrução que existem (ARMITAGE, 1972: 153).

Ainda que permeada pelos referenciais europeus de civilização da primeira metade do século XIX e por uma leitura alinhada com as propostas políticas do grupo liberal que saíra vitorioso após a Abdicação, a fala supracitada do negociante inglês revelava, mesmo que com um pouco de exagero, a importância dos periódicos como ferramenta de instrução da população, que no caso se referia menos às habilidades escolares formais do que ao acesso à esfera pública ou à política. Ademais, embora os conteúdos dos periódicos se relacionassem, majoritariamente, com a luta política processada na Corte, sobretudo no Parlamento, os jornais foram aos poucos ampliando seu leque editorial e, por meio do aprimoramento das seções, articularam aspectos variados da sociedade na qual estavam inseridos, desde questões atinentes à política e à economia provincial até reflexões sobre instrução pública, religião, inovações tecnológicas e conduta moral. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se configuraram como ferramentas da luta política, os periódicos conformaram uma determinada *cultura política*⁴ moldada pelos princípios liberais que transcendeu a esfera oficial/institucional e se estendeu para a observação e apreciação dos demais planos da sociedade.

Referências

Fontes:

⁴ Utilizamos aqui a definição de cultura política desenvolvida por Keith Michael Baker para o panorama político da Europa e América pós-Revolução Francesa. Para esse autor, a cultura política constituiu um arcabouço teórico e prático que regula a percepção e a *práxis* política de um dado grupo social, moldando sua identidade e suas inter-relações com os demais grupos com os quais ele trava contato. Cf. BAKER, Keith Michael. Introduction. In: BAKER, Keith Michael (org.). **The French Revolution and The Creation of Modern Political Culture**. Oxford: Pergamon Press, 1987. v. 1, pp. XII-XIII. Para as relações entre cultura política e imprensa periódica, ver também CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. Trad.: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

- A Matutina Meiapontense*, Meiaponte (Goiás), 1830-1834.
A Nova Luz Brasileira, Rio de Janeiro, 1829-1831.
A Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, 1827-1839.
O Astro de Minas, São João Del Rei, 1827-1839.
O Diário Fluminense, Rio de Janeiro, 1825-1831.
O Federalista, São Paulo, 1832.
O Independente, Rio de Janeiro, 1831-1833.
O Justiciero, São Paulo, 1834-1835.
O Mentor das Brasileiras, São João Del Rei, 1829-1832.
O Novo Farol Paulistano, São Paulo, 1831-1835.
O Observador Constitucional, São Paulo, 1829 (nºs 2, 9-18); 1830 (nºs 21-24, 26-31, 33-46, 63-72, 86, 97-106, 108-113); 1831 (114-175, 179, 184-191); 1832 (257).
O Paulista, São Paulo, 1831-1832.

Bibliografia:

- Anais da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, v.85,1965.
- ARMITAGE, John. **História do Brasil.** São Paulo: Martins, 1972. 1ª edição:1836.
- CANECA, frei Joaquim do Amor Divino. **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.** Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001. (Coleção Formadores do Brasil).
- CARREIRA, Liberato de Castro. **História Financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- DINIZ, Adalton Francisco. **Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889).** São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002 (Tese de doutorado).
- DOIN, José Evaldo de Mello. **Dívida externa do Império. Organização e consolidação do Estado e início do processo de modernização dos instrumentos de exploração, 1824-1864.** São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002 (Tese de doutorado).
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IPANEMA, Marcelo; IPANEMA, Cybelle. Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.307, 1976.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências**. São Paulo: Atual, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. A trama dos interesses na construção da unidade política.

Almanack Brasiliense (online), nº 1, p.08-26, maio/2005.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: o Primeiro Reinado**. São Paulo: Itatiana/UDUSP, 1982, vol 1.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842**. Belo Horizonte: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. (Dissertação de mestrado).

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência, 1820-1822**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Revan, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **A astúcia liberal. Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**. São Paulo, Editora Ícone e Edusf, 1999.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. **The Spectator, o teatro das luzes – diálogo e imprensa no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira, 1966.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. **A Câmara dos deputados sob o Império**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1950.

Recebido em Agosto de 2009

Aprovado em Dezembro de 2009